



Igreja, pobreza e mendicidade

**Mensagem do Papa Francisco
para o 53º Dia Mundial da Paz**

***“a paz como caminho de esperança:
diálogo, reconciliação
e conversão ecológica”***

1. *A paz, caminho de esperança face aos obstáculos e provações*

A paz é um bem precioso, objeto da nossa esperança; por ela aspira toda a humanidade. Depor esperança na paz é um comportamento humano que alberga uma tal tensão existencial, que o momento presente, às vezes até custoso, «pode ser vivido e aceite, se levar a uma meta e se pudermos estar seguros dessa meta, se esta meta for tão grande que justifique a canseira do caminho»[1]. Assim, a esperança é a virtude que nos coloca a caminho, dá asas para continuar, mesmo quando os obstáculos parecem intransponíveis.

A nossa comunidade humana traz, na memória e na carne, os sinais das guerras e conflitos que têm vindo a suceder-se, com crescente capacidade destruidora, afetando especialmente os mais pobres e frágeis. Há nações inteiras que não conseguem libertar-se das cadeias de exploração e corrupção que alimentam ódios e violências. A muitos homens e mulheres, crianças e idosos, ainda hoje se nega a dignidade, a integridade física, a liberdade – incluindo a liberdade religiosa –, a solidariedade comunitária, a esperança no futuro. Inúmeras vítimas inocentes carregam sobre si o tormento da humilhação e da exclusão, do luto e da injustiça, se não mesmo os traumas resultantes da opressão sistemática contra o seu povo e os seus entes queridos.

As terríveis provações dos conflitos civis e dos conflitos internacionais, agravadas muitas vezes por violências desalmadas, marcam prolongadamente o corpo e a alma da humanidade. Na realidade, toda a guerra se revela um fratricídio que destrói o próprio projeto de fraternidade, inscrito na vocação da família humana.

Sabemos que, muitas vezes, a guerra começa pelo facto de não se suportar a diversidade do outro, que fomenta o desejo de posse e a vontade de domínio.

Nasce, no coração do homem, a partir do egoísmo e do orgulho, do ódio que induz a destruir, a dar uma imagem negativa do outro, a excluí-lo e cancelá-lo. A guerra nutre-se com a perversão das relações, com as ambições hegemónicas, os abusos de poder, com o medo do outro e a diferença vista como obstáculo; e simultaneamente alimenta tudo isso.

Como fiz notar durante a recente viagem ao Japão, é paradoxal que «o nosso mundo viva a dicotomia perversa de querer defender e garantir a estabilidade e a paz com base numa falsa segurança sustentada por uma mentalidade de medo e desconfiança, que acaba por envenenar as relações entre os povos e impedir a possibilidade de qualquer diálogo. A paz e a estabilidade internacional são incompatíveis com qualquer tentativa de as construir sobre o medo de mútua destruição ou sobre uma ameaça de aniquilação total. São possíveis só a partir duma ética global de solidariedade e cooperação ao serviço dum futuro modelado pela interdependência e a corresponsabilidade na família humana inteira de hoje e de amanhã»[2].

Toda a situação de ameaça alimenta a desconfiança e a retirada para dentro da própria condição. Desconfiança e medo aumentam a fragilidade das relações e o risco de violência, num círculo vicioso que nunca poderá levar a uma relação de paz. Neste sentido, a própria dissuasão nuclear só pode criar uma segurança ilusória.

Por isso, não podemos pretender manter a estabilidade do mundo através do medo da aniquilação, num equilíbrio muito instável, pendente sobre o abismo nuclear e fechado dentro dos muros da indiferença, onde se tomam decisões socioeconómicas que abrem a estrada para os dramas do descarte do homem e da criação, em vez de nos guardarmos uns aos outros[3]. Então como construir um caminho de paz e

mútuo reconhecimento? Como romper a lógica morbosa da ameaça e do medo? Como quebrar a dinâmica de desconfiança atualmente prevalente?

Devemos procurar uma fraternidade real, baseada na origem comum de Deus e vivida no diálogo e na confiança mútua. O desejo de paz está profundamente inscrito no coração do homem e não devemos resignar-nos com nada de menos.

2. *A paz, caminho de escuta baseado na memória, solidariedade e fraternidade*

Os sobreviventes aos bombardeamentos atômicos de Hiroxima e Nagasáqui – denominados os *hibakusha* – contam-se entre aqueles que, hoje, mantêm viva a chama da consciência coletiva, testemunhando às sucessivas gerações o horror daquilo que aconteceu em agosto de 1945 e os sofrimentos indescritíveis que se seguiram até aos dias de hoje. Assim, o seu testemunho aviva e preserva a memória das vítimas, para que a consciência humana se torne cada vez mais forte contra toda a vontade de domínio e destruição. «Não podemos permitir que as atuais e as novas gerações percam a memória do que aconteceu, aquela memória que é garantia e estímulo para construir um futuro mais justo e fraterno»[4].

Como eles, há muitos, em todas as partes do mundo, que oferecem às gerações futuras o serviço imprescindível da memória, que deve ser preservada não apenas para evitar que se voltem a cometer os mesmos erros ou se reproponham os esquemas ilusórios do passado, mas também para que a memória, fruto da experiência, constitua a raiz e sugira a vereda para as opções de paz presentes e futuras.

Mais ainda, a memória é o horizonte da esperança: muitas vezes, na escuridão das guerras e dos conflitos, a lembrança mesmo dum pequeno gesto de solidariedade recebida pode inspirar opções corajosas e até heroicas, pode colocar em movimento novas energias e

reacender nova esperança nos indivíduos e nas comunidades.

Abrir e traçar um caminho de paz é um desafio muito complexo, pois os interesses em jogo, nas relações entre pessoas, comunidades e nações, são múltiplos e contraditórios. É preciso, antes de mais nada, fazer apelo à consciência moral e à vontade pessoal e política. Com efeito, a paz alcança-se no mais fundo do coração humano, e a vontade política deve ser incessantemente revigorada para abrir novos processos que reconciliem e unam pessoas e comunidades.

O mundo não precisa de palavras vazias, mas de testemunhas convictas, artesãos da paz abertos ao diálogo sem exclusões nem manipulações. De facto, só se pode chegar verdadeiramente à paz quando houver um convicto diálogo de homens e mulheres que buscam a verdade mais além das ideologias e das diferentes opiniões. A paz é uma construção que «deve estar constantemente a ser edificada»[5], um caminho que percorremos juntos procurando sempre o bem comum e comprometendo-nos a manter a palavra dada e a respeitar o direito. Na escuta mútua, podem crescer também o conhecimento e a estima do outro, até ao ponto de reconhecer no inimigo o rosto dum irmão.

Por conseguinte, o processo de paz é um empenho que se prolonga no tempo. É um trabalho paciente de busca da verdade e da justiça, que honra a memória das vítimas e abre, passo a passo, para uma esperança comum, mais forte que a vingança. Num Estado de direito, a democracia pode ser um paradigma significativo deste processo, se estiver baseada na justiça e no compromisso de tutelar os direitos de cada um, especialmente se vulnerável ou marginalizado, na busca contínua da verdade[6]. Trata-se duma construção social em contínua elaboração, para a qual cada um presta responsabilmente a própria contribuição, a todos os níveis

da comunidade local, nacional e mundial.

Como assinalava o Papa São Paulo VI, «a dupla aspiração – à igualdade e à participação – procura promover um tipo de sociedade democrática. (...). Isto, de per si, já diz bem qual a importância de uma educação para a vida em sociedade, em que, para além da informação sobre os direitos de cada um, seja recordado também o seu necessário correlativo: o reconhecimento dos deveres de cada um em relação aos outros. O sentido e a prática do dever são, por sua vez, condicionados pelo domínio de si mesmo, pela aceitação das responsabilidades e das limitações impostas ao exercício da liberdade do indivíduo ou do grupo»[7].

Pelo contrário, a fratura entre os membros duma sociedade, o aumento das desigualdades sociais e a recusa de empregar os meios para um desenvolvimento humano integral colocam em perigo a prossecução do bem comum. Inversamente, o trabalho paciente, baseado na força da palavra e da verdade, pode despertar nas pessoas a capacidade de compaixão e solidariedade criativa.

Na nossa experiência cristã, fazemos constantemente memória de Cristo, que deu a sua vida pela nossa reconciliação (cf. *Rm* 5, 6-11). A Igreja participa plenamente na busca duma ordem justa, continuando a servir o bem comum e a alimentar a esperança da paz, através da transmissão dos valores cristãos, do ensinamento moral e das obras sociais e educacionais.

3. *A paz, caminho de reconciliação na comunhão fraterna*

A Bíblia, particularmente através da palavra dos profetas, chama as consciências e os povos à aliança de Deus com a humanidade. Trata-se de abandonar o desejo de dominar os outros e aprender a olhar-se mutuamente como pessoas, como filhos

de Deus, como irmãos. O outro nunca há de ser circunscrito àquilo que pôde ter dito ou feito, mas deve ser considerado pela promessa que traz em si mesmo. Somente escolhendo a senda do respeito é que será possível romper a espiral da vingança e empreender o caminho da esperança.

Guia-nos a passagem do Evangelho que reproduz o seguinte diálogo entre Pedro e Jesus: «“Senhor, se o meu irmão me ofender, quantas vezes lhe deverei perdoar? Até sete vezes?” Jesus respondeu: “Não te digo até sete vezes, mas até setenta vezes sete”» (*Mt* 18, 21-22). Este caminho de reconciliação convida-nos a encontrar no mais fundo do nosso coração a força do perdão e a capacidade de nos reconhecermos como irmãos e irmãs. Aprender a viver no perdão aumenta a nossa capacidade de nos tornarmos mulheres e homens de paz.

O que é verdade em relação à paz na esfera social, é verdadeiro também no campo político e económico, pois a questão da paz permeia todas as dimensões da vida comunitária: nunca haverá paz verdadeira, se não formos capazes de construir um sistema económico mais justo. Como escreveu Bento XVI, «a vitória sobre o subdesenvolvimento exige que se atue não só sobre a melhoria das transações fundadas sobre o intercâmbio, nem apenas sobre as transferências das estruturas assistenciais de natureza pública, mas sobretudo sobre a progressiva abertura, em contexto mundial, para formas de atividade económica caracterizadas por quotas de gratuidade e de comunhão»[8].

4. *A paz, caminho de conversão ecológica*

«Se às vezes uma má compreensão dos nossos princípios nos levou a justificar o abuso da natureza, ou o domínio despótico do ser humano sobre a criação, ou as guerras, a injustiça e a violência, nós, crentes, podemos

reconhecer que então fomos infiéis ao tesouro de sabedoria que devíamos guardar»[9].

Vendo as consequências da nossa hostilidade contra os outros, da falta de respeito pela casa comum e da exploração abusiva dos recursos naturais – considerados como instrumentos úteis apenas para o lucro de hoje, sem respeito pelas comunidades locais, pelo bem comum e pela natureza –, precisamos duma conversão ecológica.

O Sínodo recente sobre a Amazónia impele-nos a dirigir, de forma renovada, o apelo em prol duma relação pacífica entre as comunidades e a terra, entre o presente e a memória, entre as experiências e as esperanças.

Este caminho de reconciliação inclui também escuta e contemplação do mundo que nos foi dado por Deus, para fazermos dele a nossa casa comum. De facto, os recursos naturais, as numerosas formas de vida e a própria Terra foram-nos confiados para ser «cultivados e guardados» (cf. *Gn 2, 15*) também para as gerações futuras, com a participação responsável e diligente de cada um. Além disso, temos necessidade duma mudança nas convicções e na perspectiva, que nos abra mais ao encontro com o outro e à receção do dom da criação, que reflete a beleza e a sabedoria do seu Artífice.

De modo particular brotam daqui motivações profundas e um novo modo de habitar na casa comum, de convivermos uns e outros com as próprias diversidades, de celebrar e respeitar a vida recebida e partilhada, de nos preocuparmos com condições e modelos de sociedade que favoreçam o desabrochar e a permanência da vida no futuro, de desenvolver o bem comum de toda a família humana.

Por conseguinte a conversão ecológica, a que apelamos, leva-nos a uma nova perspectiva sobre a vida, considerando a generosidade do Criador que nos deu a Terra e nos

chama à jubilosa sobriedade da partilha. Esta conversão deve ser entendida de maneira integral, como uma transformação das relações que mantemos com as nossas irmãs e irmãos, com os outros seres vivos, com a criação na sua riquíssima variedade, com o Criador que é origem de toda a vida. Para o cristão, uma tal conversão exige «deixar emergir, nas relações com o mundo que o rodeia, todas as consequências do encontro com Jesus»[10].

5. *Obtém-se tanto quanto se espera*[11]

O caminho da reconciliação requer paciência e confiança. Não se obtém a paz, se não a esperamos.

Trata-se, antes de mais nada, de acreditar na possibilidade da paz, de crer que o outro tem a mesma necessidade de paz que nós. Nisto, pode-nos inspirar o amor de Deus por cada um de nós, amor libertador, ilimitado, gratuito, incansável.

O medo é, frequentemente, fonte de conflito. Por isso, é importante ir além dos nossos temores humanos, reconhecendo-nos filhos necessitados diante d'Aquele que nos ama e espera por nós, como o Pai do filho pródigo (cf. *Lc 15, 11-24*). A cultura do encontro entre irmãos e irmãs rompe com a cultura da ameaça. Torna cada encontro uma possibilidade e um dom do amor generoso de Deus. Faz-nos de guia para ultrapassarmos os limites dos nossos horizontes estreitos, procurando sempre viver a fraternidade universal, como filhos do único Pai celeste.

Para os discípulos de Cristo, este caminho é apoiado também pelo sacramento da Reconciliação, concedido pelo Senhor para a remissão dos pecados dos batizados. Este sacramento da Igreja, que renova as pessoas e as comunidades, convida a manter o olhar fixo em Jesus, que reconciliou «todas as coisas, pacificando pelo sangue da sua cruz, tanto as que estão na terra como as que

estão no céu» (Col 1, 20); e pede para depor toda a violência nos pensamentos, nas palavras e nas obras quer para com o próximo quer para com a criação.

A graça de Deus Pai oferece-se como amor sem condições. Recebido o seu perdão, em Cristo, podemos colocar-nos a caminho para ir oferecê-lo aos homens e mulheres do nosso tempo. Dia após dia, o Espírito Santo sugere-nos atitudes e palavras para nos tornarmos artesãos de justiça e de paz.

Que o Deus da paz nos abençoe e venha em nossa ajuda.

Que Maria, Mãe do Príncipe da paz e Mãe de todos os povos da terra, nos acompanhe e apoie, passo a passo, no caminho da reconciliação.

E que toda a pessoa que vem a este mundo possa conhecer uma existência de paz e desenvolver plenamente a promessa de amor e vida que traz em si.

Vaticano, 8 de dezembro de 2019.

Franciscus

[1] Bento XVI, Carta enc. *Spe salvi*, 30 de novembro de 2007, 1.

[2] *Discurso sobre as armas nucleares*, Nagasáqui – Parque «Atomic Bomb Hypocenter», 24 de novembro de 2019.

[3] Cf. Francisco, *Homilia em Lampedusa*, 8 de julho de 2013.

[4] Francisco, *Discurso sobre a Paz*, Hiroxima – Memorial da Paz, 24 de novembro de 2019.

[5] Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. *Gaudium et spes*, 78.

[6] Cf. Bento XVI, *Discurso aos dirigentes e membros das Associações Cristãs dos Trabalhadores Italianos (ACLI)*, 27 de janeiro de 2006.

[7] Carta ap. *Octogesima adveniens*, 14 de maio de 1971, 24.

[8] Carta enc. *Caritas in veritate*, 29 de junho de 2009, 39.

[9] Francisco, Carta enc. *Laudato si'*, 24 de maio de 2015, 200.

[10] *Ibid.*, 217.

[11] Cf. São João da Cruz, *Noite Escura*, II, 21, 8.

a Declaração dos Direitos Humanos está mais próxima do Evangelho do que do Direito Canônico



«Aos responsáveis do clero por este assunto, não lhes interessa mencionar a mulher» Castillo: «A Declaração dos Direitos Humanos está mais próxima do Evangelho do que do Direito Canônico».

«Se procurarmos a palavra “mulher”, no índice de matérias do atual Código de Direito Canônico, esta palavra (e tudo o que ela contém e exprime), nem sequer aparece na legislação da Igreja».

«Com o papa Francisco que beija, os pés dos mais desgraçados de África, nem sequer nos preocupamos. Para já não falar dos que se dedicam a fazer-lhe a vida negra».

JOSÉ MARÍA CASTILLO

https://www.religiondigital.org/teologia_sin_censura/Castillo-Declaracion-Derechos-Evangelio-Canonico_7_2184751514.html (10.12.2019)

OS QUE ESTUDAM A HISTÓRIA do direito, sabem que a origem da Declaração dos Direitos Humanos está na religião. É esta a tese apresentada e defendida pelo professor Georg Jellinek, no seu interessante estudo, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, publicado em 1895.

A afirmação de Jellinek a este respeito é clara e decisiva: “A ideia de consagrar, legislativamente, estes direitos naturais, inalienáveis e invioláveis do indivíduo, não tem origem política, mas religiosa (o. c., cap. VII, ed. Granada, Comares, 2009, pg. 86). Isto é, a declaração dos DD.HH. não tem origem na Revolução (séc. XVIII), mas na Reforma (séc. XVI).

E contudo, é lamentável que, nestes nossos tempos, a Igreja trate este assunto de forma a que **Declaração dos Direitos Humanos, em questões muito básicas, acabe por se encontrar mais perto do Evangelho que do Direito canónico.** Basta um exemplo: se procurarmos a palavra “mulher” no índice de matérias do atual Código de Direito Canónico, esta palavra (e tudo o que ela contém e exprime), nem sequer aparece na legislação da Igreja. Com certeza que, aos responsáveis do clero por este assunto, não lhes interessa mencionar a mulher nem, pelos vistos, a dignidade e os direitos de mais de metade da população mundial.

Os mais interessados pelos seus direitos e pela sua dignidade, que carecem de coisas tão fundamentais, não há dúvida nenhuma que nada disso interessa aos responsáveis por tais assuntos na Igreja, nada disso

lhes tira o sono. **Há neste mundo desigualdades que bradam aos céus? Pois que continuem a existir.** E que cada um se desenrasque e faça pela vida.

Vem-me, muitas vezes, à memória a parábola do rico glutão e de Lázaro (Lc 16, 14-31). E não consigo evitar de dar voltas à cabeça, pensando no que semelhante relato nos pode estar a dizer, neste preciso momento.

Pensemos que o rico glutão é, nestes nossos tempos, a Europa. Pensemos, ainda, que o mendigo Lázaro é África. Um rico que esbanja os seus bens, e um faminto, apenas, rodeado de animais. Solução? Erguer um muro entre ambos.

Com postes e arame farpado, com polícias armados até aos dentes, recorrendo a todos os recursos necessários, para que os “glutões” da velha Europa possam continuar a disfrutar, tranquilamente, dos bens que continuam a saquear em África (diamantes, ouro, madeira, coltan...).

E cá nos continuamos a pavonear da nossa Declaração Universal dos Direitos Humanos! É o que dizemos. É a forma como tratamos as coisas. E não se nos cobre a cara de vergonha. **Com o papa Francisco que beija os pés dos mais desgraçados de África, nem sequer nos preocupamos.** Para já não falar dos que se dedicam a tornar-lhe a vida negra. Nem o “rico glutão” do Evangelho teve remédio, nem nós o teremos também. Mesmo que se levantem os mortos nos cemitérios, gritando que nada disto tem remédio.

Que longo caminho andado
desde o primeiro poema.
Quanta força quanto fado
quanta tristeza serena.
Que longo caminho andado
com tudo a valer a pena!

José Carlos Ary dos Santos, in Roteiro



J. Monginho 2019